

Benevides nega pagamento da URP a colegas

ESTADO DE SAO PAULO

ARY RIBEIRO

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), decidiu ontem pagar a partir de quarta-feira 39% da diferença da Unidade de Referência de Preços (URP) de 1987 aos cerca de 4.400 servidores da Casa, mas excluiu os senadores. "Acho que eles não vão reclamar, pois acabaram de receber ajuda de Crs 10 milhões pela convocação extraordinária do Congresso", justificou. Essa foi a forma encontrada por Benevides para cumprir a decisão judicial que lhe foi apresentada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis). Aos dirigentes do sindicato ele alegou que o Senado não dispõe de dotação orçamentária para cobrir toda a despesa, calculada em cerca de Crs 26 bilhões.

Com a medida, os senadores deixaram de ganhar a bolada de Crs 25 milhões, inclusive o próprio Benevides. Os sindicalistas saíram satisfeitos do gabinete, apesar de saberem que não há previsão para o pagamento do restante. Muitos funcionários tinham efetuado despesas por conta dessa diferença (aproximadamente 2,8 salários) desde dezembro, quando a Comissão de Constituição e Justiça decidira por unanimidade reconhecer o direito dos servidores em receber a reposição.

O poder Legislativo é um dos últimos a pagar a diferença da URP. No Judiciário ela já foi paga aos servidores do Superior Tribunal Militar (STM), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que os funcionários deviam receber 7,22%. O Tribunal de Contas da União (TCU), concedeu o benefício em duas parcelas pagas em novembro e dezembro de 1991, o que fez crescer a pressão dos funcionários do Legislativo.

A URP foi criada em junho de 1987 pelo Plano Bresser, baixado pelo então ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, para reajustar salários e esteve congelada nos meses de abril e maio de 1988, por determinação do Ministério da Fazenda. A diferença reclamada pelos servidores do Congresso é de 26,05%.

O Sindilegis vai agora tentar pressionar o presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB) para obter ao menos o mesmo adiantamento autorizado pelo Senado. A Câmara, onde trabalham o dobro de funcionários do Senado, terá de desembolsar aproximadamente Crs 38 bilhões. Mauro Benevides disse reconhecer estas dificuldades. "Cada Casa tem autonomia financeira para tomar a decisão de acordo com as suas disponibilidades orçamentárias", afirmou.